



SOLIDARIEDADE



VII CONGRESSO DA CNIS

## A proteção social do futuro tem de estar espelhada na Constituição

O Centro de Congressos de Aveiro recebeu, nos passados dias 7 e 8 de outubro, o VII Congresso da CNIS «Pobreza e Proteção Social», que registou uma elevada adesão e participação, contando com mais de 250 participantes, demonstrativo do interesse pelos temas em debate: Diagnóstico da Pobreza em Portugal; Enquadramento Global, Ético e Doutrinário; Proteção Social como um Direito; Políticas Sociais em Portugal; Territorialização da Pobreza; Papel do Setor Social e Solidário e Caminhos para o Futuro. Reflexão muito produtiva que relevou a importância das IPSS, da sua proximidade no combate à pobreza e no cuidado prestado a quem mais necessita.



XIX FESTA DA SOLIDARIEDADE - AVEIRO 2026

## Chama levou espírito solidário a Leiria e Aveiro

Dia 1 de outubro, Dia Internacional do Idoso e, este ano, dia de arranque do périplo da Chama da Solidariedade pelos distritos de Leiria e de Aveiro, fechando um ciclo de duas décadas em que percorreu todo o território nacional. A XIX Festa aconteceu em Aveiro, que integrou um passeio pela Ria.

“Foi um trabalho de equipa, que envolveu muita gente e em que o padre Lino Maia foi sempre uma inspiração”, afirmou, em Aveiro, o vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, dizendo ainda que “valeu a pena e é uma causa em que estaria empenhado mais 20 anos”.



CRIDEM'26

## Edgar Carneiro foi o grande vencedor da edição 2026

Edgar Carneiro, da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, de Santo Tirso, foi o grande vencedor da 19ª edição do Cridem - concurso nacional de obras de expressão plástica de pessoas com deficiência intelectual, com a escultura «Entre».



BRAGA

## 11ª Semana Social debateu o futuro das IPSS

«O Futuro das IPSS: desafios e perspetivas para o Sector Social» era o tema em debate no segundo dia da 11ª Semana Social, que a UDIPSS Braga promoveu no Fórum Braga, que terminou com um convívio animado pelo artista Toy.

## Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



## Viver mais exige um país diferente

Quando, em 1990, a ONU instituiu o 1 de outubro como Dia Internacional das Pessoas Idosas, falou da “proteção e promoção dos direitos dos idosos, incluindo o contributo que podem e devem dar à sociedade”<sup>1</sup>. Direitos e contributo na mesma frase: as pessoas idosas são um recurso para as sociedades, não apenas destinatárias de proteção. Este ano, o tema escolhido foi “A era da longevidade: repensar os sistemas para vidas mais longas”. O texto de missão parte da constatação de que vivemos mais do que nunca, mas o fosso entre a esperança de vida e a esperança de vida saudável, de quase dez anos à escala mundial, continua a alargar-se. Daí que os sistemas de saúde, proteção social, trabalho, habitação e cuidados, desenhados para vidas mais curtas, tenham de ser repensados em conjunto, e que as pessoas idosas devam ser vistas “como contribuintes ativos para a sociedade e não como recetores passivos de cuidados”<sup>2</sup>, como se diz no documento de base das comemorações deste ano. Em Portugal o fosso é ainda maior do que na média mundial. Dos 22 anos que uma mulher que chega aos 65 ainda tem para viver, cerca de 70% serão de vida com limitações; nos homens, mais de metade<sup>3</sup>.

O INE assinalou a data com os resultados do Inquérito Nacional de Saúde de 2025 relativos à população com 65 ou mais anos

que vive em casa, própria ou de familiares. Quem vive em instituições não está aqui retratado<sup>4</sup>. Por isso mesmo, é um retrato útil das condições em que as pessoas envelhecem no seu local de vida e do apoio de que precisam para aí permanecer. Mostra a urgência de uma estratégia de longevidade que responda à dependência, à insuficiência dos cuidados e ao isolamento. Parece-me especialmente útil atentar em quatro dimensões visíveis nesses dados.

A primeira é a escala da necessidade. Só 32% das pessoas com 65 ou mais anos vivem sem qualquer limitação física ou sensorial; as limitações motoras atingem 38%. Cerca de 442 mil pessoas, 17% da população idosa, têm dificuldade em pelo menos uma atividade básica da vida diária, como tomar banho, vestir-se ou levantar-se da cama; aos 85 ou mais anos são 41%. Mais de 1,2 milhões têm dificuldade em pelo menos uma atividade instrumental, das compras à gestão da medicação; aos 85 anos são 79%. Tudo indica que a dependência doméstica precede a dos cuidados pessoais: é nesse primeiro degrau que o apoio domiciliário básico, os transportes e a vizinhança fazem a diferença entre poder continuar em casa ou não.

A segunda é a resposta que permite envelhecer no próprio lar, e de quem depende. Entre as pessoas idosas com dificuldades nos cuidados pessoais, quase um terço

(32%) declara que a ajuda disponível não chega; 42% a partir dos 85 anos. No último ano, 22% receberam apoio informal, não remunerado, de familiares ou amigos; só 4,6% tiveram apoio domiciliário profissional semanal. E quem fica sem ajuda suficiente são sobretudo os homens (37%) e quem vive só (36%), precisamente quem tem menos probabilidade de ter um cuidador em casa. Em Portugal, envelhecer em casa é possível sobretudo para quem tem alguém próximo disponível para cuidar. Quem não tem, ou fica sem ajuda ou sai de casa mais cedo do que precisaria.

Estes dados confirmam a urgência de reformar os cuidados de longa duração. Portugal gasta cerca de 1% do PIB neste domínio, contra 1,8% na OCDE, e metade dessa despesa é paga pelas famílias<sup>5</sup>. A reforma continua por fazer: financiamento integrado dos dois sistemas que hoje mal comunicam, o da ação social e o dos cuidados continuados; referenciação centrada na pessoa e não na resposta onde há vaga; e um seguro público ou mutualista que cubra o custo da dependência, em vez de cada família o pagar do seu bolso. O objetivo é permitir que as pessoas envelheçam no seu local de vida com os cuidados necessários, organizados de modo comportável para as famílias e para quem cuida: cuidadores formais devidamente pagos e com carreira, cuidadores informais apoiados e, quando for caso disso, remunerados. Será dispendioso, mas o custo já existe: pagam-no hoje as famílias em dinheiro e quem cuida em saúde e tempo.

A terceira é quem assume o encargo. Quase 12% das pessoas idosas prestam, elas próprias, cuidados informais, mais do que os adultos dos 25 aos 64 anos (11,4%) e com maior intensidade: 6,4% dedicam-lhes dez ou mais horas por semana, contra 4,5%. A diferença explica-se, segundo o

INE, pelos cuidados a não familiares. São cônjuges a cuidar de cônjuges, filhos de setenta anos a cuidar de pais de noventa, vizinhos a cuidar de vizinhos.

Este retrato põe em causa o Estatuto do Cuidador Informal. A Lei n.º 100/2019 foi um passo em frente, mas tomou como referência um familiar em idade ativa, coabitante, que abdica de rendimentos do trabalho para cuidar. Quando quem cuida é também idoso, não há salário a substituir; fazem falta descanso, formação, acompanhamento de saúde e a garantia de que o apoio continua se o cuidador adoecer. Se quem cuida é vizinho ou amigo, a proteção não se aplica, porque exige parentesco. Se não coabita, como a filha que vai todos os dias a casa da mãe, fica de fora, porque exige comunhão de habitação. O INE ajuda a perceber porque: o estatuto não foi feito à medida de quem efetivamente cuida. Revê-lo significa abri-lo a não parentes e não coabitantes e criar uma modalidade para o cuidador idoso, centrada no apoio e no descanso.

A quarta é o isolamento. Mais de um terço das pessoas idosas (36%) conta apenas com uma ou duas pessoas a quem recorrer num problema grave. E as barreiras mais referidas à participação na vida não são clínicas, mas sociais e urbanas: transportes (17%), acesso a edifícios (16%), mobilidade fora de casa (16%). Quando defendi aqui comunidades cuidadoras, assentes na entreajuda, no espaço público e na partilha, era disto que falava<sup>6</sup>. Uma praça acessível e um autocarro que chegue são condições de longevidade.

Envelhecer em casa não tem de ser envelhecer sozinho, nem a única alternativa à casa é o lar. Entre uma e outra há respostas por explorar: apoio domiciliário de horário alargado, centros de dia e de noite, equipas domiciliárias de cuidados continuados,

teleassistência e formas de habitação partilhada, como o co-housing sénior e intergeracional ou a habitação colaborativa, que o Estado enquadrrou como resposta social em 2023. São menos onerosas do que a institucionalização e mais próximas do que a maioria deseja. Nada disto se fará sem as IPSS, que prestam hoje a maior parte dos cuidados formais a quem envelhece em casa e são o apoio natural dos cuidadores informais, pela formação, pelo descanso do cuidador e pela presença na comunidade. Pede-se-lhes, com razão, que melhorem e diversifiquem as respostas, com qualidade e transparência. Para isso o Estado tem de financiar soluções flexíveis e não apenas valências fixas, compartilhar salários dignos e carreiras nos cuidados e dar liberdade para experimentar. Um setor chamado a inovar com financiamento de sobrevivência resiste, mas não transforma.

O desafio é político, a todos os níveis de governo. Ao Estado central cabem o financiamento dos cuidados, a revisão do estatuto do cuidador e a mutualização do risco de dependência; às autarquias, que receberam competências na ação social, os transportes, a acessibilidade e a sinalização de quem vive só. Mas é também societal: as instituições, as famílias, os empregadores que dão ou negam tempo para cuidar e os vizinhos que visitam ou deixam de visitar decidem todos os dias quanto do peso recai sobre uma só pessoa. Uma sociedade do cuidado constrói-se, não se decreta.

Temos o diagnóstico, falta a decisão. A ONU pede-nos que repensemos os sistemas para vidas mais longas. Dois passos podem começar a ser dados; rever o Estatuto do Cuidador Informal e aprovar uma lei de bases dos cuidados de longa duração que fixe quem financia, quem presta e com que direitos. Os números mostram que não podemos continuar a adiar.

<sup>1</sup> Resolução 45/106 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1990.

<sup>2</sup> UN DESA e NGO Committee on Ageing, Mission Statement, 36.º Dia Internacional das Pessoas Idosas, “The Age of Longevity: Rethinking Systems for Longer Lives”, Nova Iorque, 8 de outubro de 2026. Tradução minha.

<sup>3</sup> Paulo Pedroso, “Risco de falta de cuidados para idosos está a agravar-se”, in R. P. Mamede (coord.), O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2022, IPPS-Iscte, pp. 33-34, [https://ipps-test.iscte-iul.pt/images/PDF/EstadoNacao/ENPP2022/Relatorio\\_ENPP\\_2022\\_IPPS.pdf](https://ipps-test.iscte-iul.pt/images/PDF/EstadoNacao/ENPP2022/Relatorio_ENPP_2022_IPPS.pdf).

<sup>4</sup> INE, Destaque “Saúde dos Idosos”, Inquérito Nacional de Saúde 2025, 1 de outubro de 2026. O inquérito abrange 22 000 alojamentos familiares e não inclui quem vive em estruturas residenciais ou outras instituições.

<sup>5</sup> Paulo Pedroso, “Temos que cuidar do nosso sistema de cuidados de longa duração”, Solidariedade, julho de 2023, <https://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14669>, com dados da OCDE relativos a 2021.

<sup>6</sup> Paulo Pedroso, “Medir e diminuir o isolamento. Sobre as comunidades cuidadoras”, Solidariedade, novembro de 2023, <https://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14736>.

## PRÉMIO ENVELHECIMENTO ATIVO 2026

## Distinguidas seis personalidades com mais de 80 anos com influência e atividades relevantes na sociedade

Promovido pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia, decorreu no dia 1 de outubro a cerimónia da 15ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, para anunciar as seis Personalidades distinguidas nas seis categorias do Prémio que homenageia pessoas com 80 ou mais anos de idade que continuam com atividade relevante na sociedade.

O prémio da Intervenção Social distinguiu o Dr. Francisco Luís Sarsfield Pereira Cabral; Arte e Espetáculo a Atriz Catarina Avelar (Maria Gertrudes de Oliveira Amaro); na Ciência e Investigação o Professor Doutor José Nuno Godinho Mendes Gil; na Política e Cidadania a Srª Maria da Conceição Rodrigues Matos e Senhor Domingos Abrantes Ferreira; na Ética e Saúde a Dra. Maria Teresa Figueiredo Osório de Mesquita Montes;

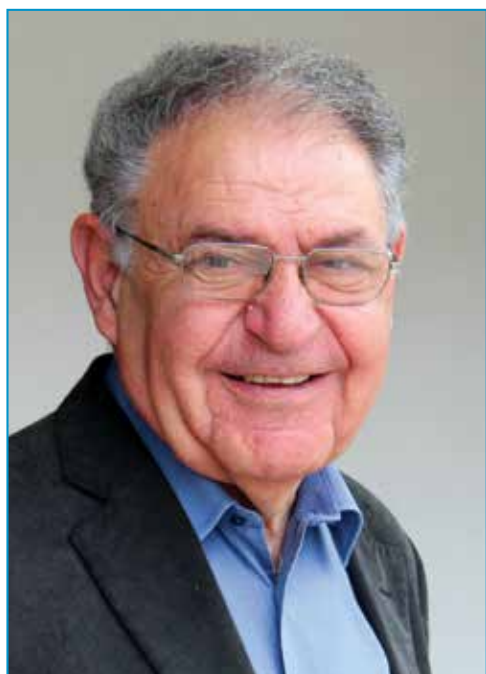


e na Família e Comunidade o Professor Doutor Alberto Cruz Reaes Pinto.

A cerimónia decorreu no Auditório António da Costa Leal do Montepio – Associação Mutualista, em Lisboa, e contou com a presença de ilustres convidados, entre os quais familiares e amigos dos premiados.

O evento contou com a presença do Presidente da Fundação Montepio, Virgílio Lima; Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Paulo Sousa; Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes e da Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, Maria Luísa Aldim.

José Carlos Batalha, Presidente da Assembleia Geral da CNIS, esteve a representar a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.



**Lino Maia**  
Presidente da CNIS

## Editorial

## VII Congresso da CNIS - conclusões

Nos dias 7 e 8 de outubro de 2026, em Aveiro, o VII Congresso da CNIS refletiu sobre a Pobreza e a Proteção Social, dois dos maiores desafios das sociedades contemporâneas e temas que exigem uma mobilização coletiva e permanente. Num contexto internacional e nacional marcado pela incerteza, pelas transformações sociais e económicas e pelo crescimento de múltiplas vulnerabilidades, o Congresso constituiu um espaço privilegiado de reflexão, partilha de conhecimento e construção de propostas para o futuro.

O contexto internacional caracteriza-se por uma profunda instabilidade geopolítica, pela persistência de conflitos armados, pelo enfraquecimento dos mecanismos multilaterais de cooperação, pela emergência de movimentos extremistas, pelas consequências das alterações climáticas e pela crescente concentração de poder económico e riqueza. Esta realidade provoca uma pressão acrescida sobre os sistemas de proteção social e desvia recursos públicos para outras prioridades, aumentando o risco de agravamento das desigualdades e da exclusão social.

Em Portugal, apesar da resiliência económica demonstrada nos últimos anos, permanecem desafios estruturais significativos. O envelhecimento demográfico, as dinâmicas migratórias, a crescente diversidade cultural, a crise da habitação, as dificuldades sentidas nos sistemas de saúde, bem como a persistência de baixos rendimentos face ao aumento do custo de vida, constituem fatores que condicionam a coesão social e exigem respostas públicas e comunitárias robustas e articuladas.

A pobreza em Portugal continua a assumir um caráter estrutural, afetando cerca de dois milhões de pessoas

em situação de pobreza ou exclusão social. Embora os indicadores evidenciem progressos, subsistem preocupações relevantes, nomeadamente o aumento das situações em que a pobreza se associa a múltiplas formas de exclusão social, territorial, habitacional, educativa ou de saúde. As formas mais persistentes de pobreza revelam-se também mais complexas e resistentes a soluções centradas exclusivamente em transferências financeiras.

O Congresso reafirma que a luta contra a pobreza deve partir sempre da centralidade da pessoa humana. Falar de pobreza é falar de pessoas concretas, das suas famílias, dos seus percursos de vida, das suas capacidades e dos obstáculos que enfrentam. A dignidade humana é inerente a todas as pessoas, não depende da condição económica, social ou cultural, e constitui o fundamento ético e político de qualquer estratégia de proteção social. Os direitos humanos e os direitos sociais representam uma expressão desta dignidade e devem ser promovidos e protegidos em todas as circunstâncias.

Mais do que combater os efeitos da pobreza, importa garantir efetivamente o acesso aos direitos fundamentais, apostando na prevenção das situações de vulnerabilidade. As políticas públicas devem ser concebidas numa perspetiva integrada, promovendo rendimentos dignos, habitação adequada, acesso à saúde, saúde mental, educação, emprego de qualidade, criando condições para o pleno exercício da cidadania e da autonomia das pessoas.

O Congresso destacou igualmente a importância decisiva das prestações sociais e das políticas públicas no combate à pobreza, bem como a necessidade de monitorizar e avaliar continuamente as medidas adotadas, tendo de existir capacidade e elasticidade para, atempadamente, serem ajustadas e alteradas.

As políticas públicas devem possuir capacidade de adaptação e correção, permitindo responder de forma eficaz às profundas transformações sociais e às novas necessidades emergentes.

Foi reconhecido que a pobreza assume expressões distintas nos diferentes territórios do país. Os territórios de baixa densidade continuam particularmente expostos a fenómenos de despovoamento, envelhecimento e fragilidade económica. Por sua vez, as áreas urbanas enfrentam crescentes problemas de privação material associados, sobretudo, à escassez e ao elevado custo da habitação e da vida quotidiana. Esta realidade exige respostas diferenciadas, ajustadas às especificidades locais e sustentadas num profundo conhecimento das comunidades e das pessoas que nelas vivem, mas também agir com intencionalidade de prevenção da pobreza em qualquer das diferentes ações que se promovem.

Neste contexto, os participantes sublinharam o papel essencial dos municípios, freguesias, IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, Fundações e demais entidades do Setor Social e Solidário como primeira linha de resposta às situações de vulnerabilidade. A proximidade permite identificar necessidades, mobilizar recursos e construir soluções adequadas à realidade concreta das pessoas e dos territórios.

O processo de descentralização das competências, nomeadamente nas áreas da ação social e da educação, foi genericamente reconhecido como positivo, mas o seu alargamento e aprofundamento requerem prudência e consolidação. Persistem dificuldades relacionadas com a disponibilidade de informação, a interoperabilidade entre sistemas e a produção de indicadores territorializados fiáveis, fatores que limitam a capacidade de planeamento, a

avaliação das políticas públicas locais e a sua redefinição. A territorialização das respostas exige conhecimento, dados, coordenação e recursos adequados. Foi avançada a possibilidade/necessidade de ser revista a organização e funcionamento da Rede Social e dos CLAS – Conselhos Locais de Ação Social.

Foi igualmente salientada a necessidade de reforçar a capacitação dos territórios através de estratégias orientadas para objetivos concretos, promovendo o envolvimento das universidades, institutos politécnicos, serviços públicos de emprego, empresas e demais agentes locais. A qualificação das organizações, nomeadamente do Setor Social e Solidário, dos seus dirigentes e voluntários, dos profissionais e das comunidades constitui um fator decisivo para a inovação social e para a eficácia das respostas. Capacitar com propósito, como foi referido.

O Congresso destacou ainda a importância do trabalho como principal fator de inclusão e autonomia, mas a existência de emprego não elimina, por si só, o risco de pobreza, sendo essencial promover trabalho digno, valorização salarial, estabilidade laboral e acesso aos direitos sociais.

A participação ativa das pessoas em situação de pobreza deve constituir uma dimensão estruturante das políticas públicas. Os destinatários das medidas não podem ser apenas beneficiários passivos, devendo ser reconhecidos como agentes fundamentais na definição, implementação e avaliação das soluções que lhes dizem respeito.

Os debates evidenciaram também a necessidade de aprofundar a articulação entre segurança social, saúde, educação, habitação e emprego, reconhecendo que as novas formas de vulnerabilidade exigem respostas integradas e multidimensionais. A proteção social do futuro deverá assentar numa visão mais humanizada, preventiva, flexível, centrada na pessoa e espelhada na Constituição. A CNIS vai prosseguir este caminho já iniciado.

Neste quadro, o Congresso reafirma a importância da cooperação entre Administração Central, Administração Local e Setor Social e Solidário, defendendo o alargamento deste modelo aos próprios cidadãos e ao tecido socioeconómico. O tradicional triângulo da cooperação deve evoluir para um modelo mais abrangente, capaz de envolver todos os atores relevantes na construção das soluções.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Misericórdias, as Mutualidades, as Fundações e as restantes organizações do Setor Social e Solidário continuam a desempenhar um papel insubstituível na promoção da coesão social, da proximidade e da dignidade humana, constituindo pilares fundamentais da proteção social em Portugal.

Em paralelo, ficam expressas preocupações com a sustentabilidade e gestão das IPSS e as questões relativas aos recursos humanos, nomeadamente quanto aos educadores de infância atraídos por melhores condições remuneratórias da rede pública de educação de infância.

Por fim, o VII Congresso da CNIS conclui que a mitigação da pobreza e a construção de uma proteção social justa, eficaz e humanizada exigem políticas públicas integradas, intersetoriais e multinível, dotadas de recursos adequados e sustentadas por uma efetiva cooperação entre todos os intervenientes. A reflexão realizada em Aveiro não representa um ponto de chegada, mas antes um compromisso renovado com a ação, o aprofundamento do conhecimento e a construção de respostas capazes de garantir mais dignidade, mais justiça social e mais oportunidades para todos.

Para alavancar direitos sociais e autonomias Todos somos convocados.

ENCONTRO REGIONAL DO SUL, BEJA

# É muito importante a partilha de práticas, dúvidas e preocupações entre as IPSS

Beja recebeu, no passado dia 15 de setembro, o quarto e último encontro regional de 2026 entre a CNIS e as Uniões Distritais e IPSS da região sul.

Com a presença de diversos dirigentes de Beja, Évora, Portalegre e Algarve, a jornada de trabalho teve na sustentabilidade das instituições (leia-se, financiamento do Estado), na partilha entre IPSS e no voluntariado dos dirigentes os principais temas em cima da mesa.

Da parte da manhã, no encontro entre a Direção da CNIS com os elementos da UDIPSS Beja, UDIPSS Évora, UDIPSS Portalegre e URIPSS Algarve, o desafio foi logo lançado na abertura pelo presidente da CNIS, dizendo: “Falemos do que nos ocupa e do que nos preocupa”.

A anfitriã do encontro Conceição Casanova, presidente da União de Beja, começou por dizer que “é extremamente importante ter estas reuniões descentralizadas”, porque “é muito importante a partilha de práticas, dúvidas e preocupações”.

Para Conceição Casanova, as IPSS vivem muito de costas voltadas umas para as outras.

“Não estamos habituados a partilhar e a partilha entre as Uniões Distritais e entre as IPSS é fundamental”, considerou a líder de Beja.

Sobre esta temática, Gonçalo Simões de Almeida, em representação da UDIPSS Évora, sublinhou que “a partilha de recursos é um caminho que as instituições devem seguir”.

“Devemos falar uns com os outros e aproveitar os recursos uns dos outros para potenciar a nossa ação e trabalhar a sustentabilidade”, defendeu.

Por seu turno, o padre Lino Maia corroborou a ideia, sustentando que “a partilha é importante e deve ser partilha de recursos, de experiências e também de estados de alma”.

Lembrando a expressão proferida por um seu antecessor na presidência da CNIS, o padre José Maia, quando instigado a convocar uma greve ou manifestação, “eu vou, mas se olhar para trás não vejo ninguém”, o padre Lino Maia disse: “Por vezes queremos que se fale, mas depois não aparecemos como um corpo unido. Por vezes, temos um discurso com determinado estado de alma, mas quando se está perante um membro do governo parece que está tudo bem”.

José Carreiro, da URIPSSA, lembrou, em jeito de lamento, que “as IPSS não participam nas reuniões no sentido de darem mais força à CNIS e às Uniões”.

O voluntariado dos dirigentes das



instituições foi também abordado, com Conceição Casanova a lançar o tema.

“As responsabilidades, em termos das Uniões Distritais, principalmente, das instituições, já não se coadunam com o voluntariado”,

defendeu, sugerindo: “Em pleno século XXI, a questão do voluntariado devia ser repensada no seio da CNIS. As pessoas não têm disponibilidade”.

Alfredo Nunes, da UDIPSS Portalegre,

sublinhou que “o voluntariado é muito importante”, mas ressaltou que “é preciso profissionalizar as instituições”.

Reforçando a ideia já veiculada que “os voluntários são cada vez menos para assumir as instituições, Alfredo Nunes que a causa também reside em algo muito evidente: “A Segurança Social devia ser o maior parceiro das instituições, mas não é”.

Defensor incondicional do voluntariado, o presidente da CNIS defendeu que “a grande mais-valia é sermos voluntários”.

“A gestão das instituições tem de ser profissional, mas isto tem custos, tal como benefícios, mas os custos têm de se pagar”, afirmou o padre Lino Maia, lembrando: “As IPSS são particulares e fazem serviço público, mas não são serviços do Estado. O Estado tem responsabilidades e não apenas financeiras”.

Por seu lado, Maria José Miranda recordou que “a remuneração dos dirigentes já está prevista na lei”, mas apontou como problema a “falta de condições para se ser dirigente”, sugerindo os caminhos do banco de horas ou de benefícios fiscais.



“Devemos manter o modelo de voluntariado, mas é necessário dar condições de valorização dos dirigentes”, argumentou a dirigente da CNIS.

Enquanto José Carreiro lembrou que, “no que toca ao financiamento, as instituições estão sempre a navegar à vista”, Gonçalo Simões de Almeida defendeu que “a responsabilidade, política e financeira, da cooperação é sempre do Estado”.

“Por vezes, o problema não é o dinheiro, mas, quando temos o Estado a determinar o que fazemos, deixamos de ter o foco na pessoa para passarmos a tê-lo em nós, com a preocupação de cumprir e não falhar”, referiu o representante da UDIPSS Évora, acrescentando: “E que mecanismos temos para desresponsabilizar as instituições e para responsabilizar o Estado? As Comissões Distritais de Cooperação (CDC). Não podemos estar sempre a culpar a CNIS, porque as CDC podem ser convocadas pelas Uniãos”.

A este propósito, Filomena Bordalo, assessora da CNIS, esclareceu que o que está

determinado é que “a Comissão Distrital de Cooperação tem quatro reuniões anuais, mas pode haver reuniões extraordinárias convocadas pelos integrantes, como as Uniãos Distritais”. Contudo, “as quatro previstas nem sempre são cumpridas e, por exemplo, Beja e Portalegre não reuniram vez nenhuma”.

Por outro lado, “a Comissão nacional de Cooperação, onde a CNID tem assento, não reúne”, pelo que o fórum privilegiado nesta matéria é a Comissão Permanente do Sector Social Solidário.

Sobre a cooperação, o presidente da CNIS foi perentório: “O Estado é o responsável pela sustentabilidade das IPSS”.

“Vamos brevemente voltar a abordar a questão da Lei de Financiamento das Respostas Sociais, mas não vai ser fácil termos uma lei justa”, afirmou o padre Lino Maia, sublinhando: “O Pacto de Cooperação para o Sector Social Solidário foi muito importante. No entanto, a comparticipação equitativa pode ser mal interpretada, mas foi um passo em frente”.

Para o líder da CNIS, o grande perigo é as IPSS desviarem-se da missão por questões

financeiras.

“Esta questão é muito importante, porque a missão é dedicarmo-nos aos mais carenciados e se isto não for muito bem ponderado podemos caminhar para a empresarialização das instituições, o que levará a afastarmo-nos da missão”, argumentou.

No encerramento da jornada matinal, que decorreu nas instalações do Nerbe/Aebal, Eleutério Alves frisou que “os dirigentes das instituições são excelentes gestores de custos”.

“Eu, como presidente de uma instituição, não preciso de ser gestor, preciso é de uma equipa e de um gestor que sejam competentes”, sustentou o vice-presidente da CNIS, acrescentando: “Os dirigentes sociais são os melhores gestores que há, porque criam condições de vida melhores para as pessoas”.

E terminou, atirando: “Nós não podemos querer que o Estado pague tudo, senão o Estado prescinde de nós!”.

A sessão da tarde, aberta às IPSS, arrancou com uma apresentação, por Leticia Fernandes, da CNIS, intitulada «Gestão de Risco», à

semelhança do que aconteceu nos dois anteriores encontros regionais.

Seguiu-se o momento de dar voz às instituições, não sem antes o presidente da CNIS lembrar que “as instituições são necessárias e justificam-se, pelo que têm sustentabilidade...”.

Do lado das IPSS vindas de diversos pontos da região sul, foram muitas as questões levantadas, como o Serviço de Apoio Domiciliário, as carreiras técnicas, a creche, a partilha de recursos, a baixa remuneração dos trabalhadores, a dificuldade em contratar, o CACI ou as participações insuficientes.

No encerramento dos trabalhos, o padre Lino Maia informou que “está na agenda a questão dos recursos humanos, porque são as instituições que sabem de que pessoas precisam para os serviços”.

“Nós existimos porque queremos o bem das pessoas e, cada vez mais, as pessoas precisam de cuidados”, considerou, reafirmando: “Não podemos perder a proximidade e a missão”.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**



LINO MAIA

## Há o risco de instituições encerrarem as portas

O presidente da CNIS alertou, no passado dia 7 de outubro, para o facto de existir o risco de haver IPSS a fechar portas.

“As instituições e os dirigentes têm feito milagres. Eu não queria que uma só fechasse”, afirmou o padre Lino Maia, lembrando que metade das instituições de solidariedade chegam, sistematicamente, ao fim do ano com resultados negativos e 18% apresentam um EBITDA negativo, ou seja, a sua atividade operacional principal dá prejuízo.

As instituições com valências de ERPI e Centro de Dia são a principal preocupação do líder da CNIS, defendendo que, nestes casos, o apoio público deveria ser igual aos apoios sociais para as pessoas com deficiência, que rondam os 80%.

Lino Maia considerou ainda “manifestamente pouco” o apoio do Estado para mitigar os efeitos da subida dos custos com combustíveis no Sector Social.

“Este apoio dos 600 euros é melhor do que nada, mas é manifestamente insuficiente e parece-me um bocado desajustado à realidade, porque o país é diferente e as necessidades são muito diferentes”, argumentou.

CNIS AUSCULTOU ASSOCIADAS SOBRE INVESTIMENTOS DO PRR

## Pagamentos em falta às IPSS rondam os 214 milhões de euros

A CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade auscultou as suas 3.112 IPSS associadas no sentido de perceber o ponto da situação dos investimentos no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, cujo prazo de conclusão terminou no passado dia 31 de agosto.

Das 149 respostas recebidas de 137 instituições com projetos a uma ou mais tipologias de investimento, foram consideradas válidas 108 respostas (72% das respostas recebidas) e 41 inválidas.

O que foi possível apurar é que dos 87 projetos de obras no âmbito do PRR de 79 IPSS, 66,6% (58) estão concluídos, 20,6% (18) estão em execução a mais de 50% e, em 12,6% (11), as obras estão em execução abaixo dos 50%, totalizando 33% de projetos com obras não concluídas. Ou seja, um terço das obras não estão concluídas.

Preocupante é o que concerne aos pagamentos (total do investimento, já pago pelo PRR e em falta para concluir a obra), pois as verbas em falta são bastante significativas.



Assim, de um montante total de investimento de 496.452.767,01 euros, o PRR já pagou 167.736.498,17 euros, estando em falta para a conclusão da obra 213.788.407,01 euros.



Auditório da  
Associação  
Mutualista  
Montepio,  
Lisboa

# INSPIRAR • CRIAR • PARTILHAR

Conhecer novas perspetivas e  
práticas para a infância.

Construir novas  
formas de cuidar,  
educar e promover o  
bem-estar das  
crianças.

Trocar experiências entre  
diferentes profissionais

**Um encontro para quem trabalha  
diariamente com crianças e contribui  
para o seu desenvolvimento,  
saúde e bem-estar.**

*Esperamos por si!*



**21  
OUT'26**

**CUIDAR. EDUCAR. AMAR**  
Compromissos para a infância





PREMIADO



Entidade Formadora  
Certificada  
dgert



Sistema de Gestão da Inovação  
(ISO 56001)



Sistema ID Reconhecimento de Idoneidade  
(ANI)



Selo Digital de Cibersegurança  
Nível Prata (INP 45771)



Sistema de Gestão da Qualidade  
(ISO 9001)



Sistema de Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação  
(ISO 20000-1)



Sistema de Gestão da Qualidade para Dispositivos Médicos  
(ISO 13485)



**F3M**

UMA ESCOLHA SEGURA





253 250 300



contacto@f3m.pt



www.f3m.pt



Edifício F3M, Rua de Linhares  
4715-435 BRAGA

XIX FESTA DA SOLIDARIEDADE – AVEIRO 2026

# Chama levou espírito solidário a Leiria e passeou de moliceiro pela Ria

Dia 1 de outubro, Dia Internacional do Idoso e, este ano, dia de arranque do périplo da Chama da Solidariedade pelos distritos de Leiria e de Aveiro, fechando um ciclo de duas décadas em que percorreu todo o território nacional.

O início da marcha da flama solidária aconteceu em Castanheira de Pera, onde, com grande envolvimento de várias instituições e entidades locais, foi tecida a Teia da Solidariedade.

A luz solidária passou pela Santa Casa da Misericórdia, Centro Paroquial de Solidariedade Social, GNR, Bombeiros Voluntários, Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Sport Castanheira de Pera e Benfica, CERCICAPER, Junta de Freguesia de Castanheira de Pera e Coentral e Câmara Municipal e, no final, junto à Praia das Rocas, houve um momento musical e convívio, com destaque para «Os Serranos», grupo folclórico da CERCICAPER.

A Teia da Solidariedade, que acabou exposta na varanda dos Paços do Concelho, foi tecida com dezenas de fitas, cada uma com uma mensagem solidária de cada uma das entidades envolvidas.

Ao segundo dia, 2 de outubro, a Chama visitou instituições nos concelhos de Leiria e Marinha Grande.

Da parte da manhã, na ABEP - Associação de Bem Estar de Parceiros, a comitiva da flama solidária liderada pelo vice-presidente Eleutério Alves, juntamente com dirigentes de outras IPSS do concelho de Leiria, visitou as instalações, onde funcionam a ERPI, o Centro de Dia, o SAD e ainda a creche e o pré-escolar.

Carla Verdasca, presidente da UDIPSS Leiria, e Ana Valentim, vereadora da Ação Social do município leiriense, colocaram o foco na devastação que a tempestade Kristin provocou no concelho e em muitas instituições, que, ainda assim, “não fecharam portas nem deixaram de continuar a cuidar dos seus utentes”.

Depois, a Chama da Solidariedade levou o seu calor solidário até ao Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, cujo telhado, já reparado, foi bastante fustigado pela tempestade do final de janeiro.

De regresso a Leiria, foi tempo de visitar o Centro Social Paroquial de Regueira de Pontes, também ele bastante castigado pela Kristin. Todos os varandins exteriores do imponente edifício, onde funciona o Lar, Centro de Dia e SAD, foram arrancados pela força do vento, para além dos “painéis solares que, pura e simplesmente, desapareceram”.

O fim da passagem da Chama pelo distrito de Leiria foi em Alvaiázere, com a jornada a começar em Maços de Dona Maria, onde foi recebida nas duas ERPI da Associação Casa do Povo local.



Uma comitiva do Grupo Motard de Maços de Dona Maria guiou a caravana da tocha solidária, que passou pelos bombeiros locais, antes de rumar a Alvaiázere. Aqui, no recinto do Festival Gastronómico do Chicharro, e com a presença do presidente da CNIS, a Chama reuniu um conjunto de utentes de instituições do concelho para celebrarem o seu espírito solidário.

“As IPSS são muito importantes e é preciso que mais gente se preocupe com os que moram ao lado, porque a sorte do outro é a nossa sorte”, afirmou o padre Lino Maia, terminando com um desafio: “Que a Chama da Solidariedade convoque o maior número de pessoas para que, assim, mais gente possa ter uma vida boa”.

Antes de chegar a Aveiro para a XIX Festa da Solidariedade, a flama visitou três concelhos do distrito da Ria.

No dia 6 de outubro, a flama solidária esteve em Vagos, onde foi acolhida por mais de mil idosos, que celebravam o Dia Internacional do Idoso, adiado para este dia pela autarquia para que os dois eventos se unissem. Para além de uma eucaristia e de um repasto, o dia foi animado pela Turma do Ukelele, da Universidade Sénior de Vagos, o que gerou momentos de intensa diversão e... dança.

No dia seguinte, a Chama da Solidariedade rumou a Albergaria-a-Velha, onde visitou algumas instituições da cidade.

Antes de viajar para Aveiro, a tocha solidária passou por São João da Madeira onde foi calorosamente recebida. Foram muitas as instituições que se juntaram à passagem da Chama, sempre conduzida pelos bombeiros locais.

Com um percurso muito bem organizado,

a tocha passou de mão em mão (leia-se, de instituição em instituição), numa demonstração de grande compromisso com o espírito solidário da Chama.

Por fim, no dia 9, a Chama da Solidariedade chegou a Aveiro. Após um passeio de moliceiro pelos canais da Ria, a flama foi recebida pela autarquia, com o vice-presidente Rui Santos a sublinhar “o orgulho em acolher o evento pela importância que a CNIS tem”, deixando ainda “um obrigado a todas as pessoas que todos os dias trabalham nas IPSS, cuidando de quem mais precisa”.

Resumindo o que tem sido a Chama da Solidariedade, o seu principal responsável e mentor, Eleutério Alves, afirmou que “foram duas décadas muito vividas e preenchidas”.

“Foi um trabalho de equipa, que envolveu muita gente e em que o padre Lino Maia foi sempre uma inspiração”, acrescentou o vice-presidente da CNIS, que rematou dizendo que “valeu a pena e é uma causa em que estaria empenhado mais 20 anos”.

Depois a Chama instalou-se no cais da Fonte Nova, onde se realizou a XIX Festa da Solidariedade, com alguma animação com o destaque a ir para a atuação de um grupo de crianças do Centro Social de Santa Joana Princesa.

Fechou-se assim o ciclo de 20 anos do périplo da Chama da Solidariedade pelo país, ilhas incluídas.

“A Chama, acima de tudo, deu visibilidade às IPSS”, rematou o presidente da CNIS.

VII CONGRESSO DA CNIS - «POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL»

# A proteção social não é um custo, é o

“Graças ao Sector Social Solidário e às prestações sociais do Estado, a pobreza, que podia atingir os 40% da população, está nos 18%”, começou por dizer o padre Lino Maia, na abertura do VII Congresso da CNIS, cujo o tema foi «Pobreza e Proteção Social», que decorreu em Aveiro, nos dias 7 e 8 de outubro.

Desta forma, o presidente da CNIS lançou o mote para os dois dias de trabalhos, no qual uma das principais conclusões foi que “a pobreza em Portugal continua a assumir um carácter estrutural, afetando cerca de dois milhões de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social”.

Com as conclusões publicadas em Editorial, na página 3 deste jornal, ficam aqui algumas das afirmações e ideias mais significativas deixadas pelos oradores aos cerca de 250 congressistas presentes no Centro de Congressos de Aveiro.

“Grande parte do volume da ação de proteção social é feito pelas IPSS, cerca de 78% da ação direta, e o Estado tem uma importância muito grande com as transferências financeiras para estas instituições e as prestações sociais”, sustentou o padre Lino Maia, lembrando que “a pessoa rica e a pessoa pobre têm a mesma dignidade”, sublinhando que “este sector tem pensamento e ação e é um sector que coopera”.

Por seu turno, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social insistiu na ideia que, “sem uma ligação indissociável entre proteção social e criação de riqueza, o Estado não poderá completar a sua função social”, frisando que, segundo a OCDE, “Portugal é o país da União Europeia onde os apoios sociais têm menos eficácia para reduzir a pobreza, apesar de escaladas da despesa”.

Por isso, para Maria do Rosário Palma Ramalho, “se os problemas se mantêm, as políticas têm de mudar”, que “devem ter maior eficácia”.

Por fim, a governante reafirmou o compromisso do Governo com o Sector Social Solidário: “O nosso combate à pobreza não acontece sem o Estado eleger o sector social como parceiro, porque as instituições é que estão no terreno e têm uma imaginação como o Estado não tem. E isto não é o Estado a demitir-se, porque está a financiar fortemente”.

O primeiro dia, com um programa mais dedicado ao diagnóstico da pobreza, no Painel I («Diagnóstico da Pobreza em Portugal»), Carlos Farinha Rodrigues, economista e especialista no estudo da pobreza em Portugal, discordou da ideia veiculada pela ministra do Trabalho, defendendo que “o processo de criação de riqueza não é indiferente do processo de redistribuição da riqueza criada”.

Alertando que “a pobreza não é um problema dos pobres, mas de toda a sociedade, porque também é um travão ao desenvolvimento social”, o economista defendeu que “as políticas sociais têm de ser mais abrangentes, mais eficientes e capazes de capacitar os mais desfavorecidos” para que possam sair da pobreza.

Por seu turno, Maria Joaquina Madeira, presidente da EAPN Portugal, defendeu que “as IPSS são património social e cultural de Portugal”, sublinhando que “a pobreza não é só falta de pão, mas também de justiça” e que “a desigualdade anda de mão dada com a pobreza”.

Para Carlos Maciel, chefe de sector de Intervenção e Estratégias de Inclusão Social, “a erradicação da pobreza em Portugal exige a aliança inalienável entre: rendimento digno que assegure as necessidades ‘básicas’; habitação segura que devolva a estabilidade familiar; capacidade psicológica que liberte a ‘energia’ mental e permita o exercício pleno da cidadania, do planeamento e da tomada de decisão”, mas, “mais importante, um compromisso assumido por todos, em co-construção constante”.

O Painel II, dedicado ao tema «Enquadramento Global, Ético e



Doutrinário», o Tenente-General Marco António Serronha começou por dizer que “a ordem internacional liberal está em risco, porque os Estados Unidos, a Rússia e a China não a querem”, que “a União Europeia é o oásis deste mundo maligno que nos cerca, mas também não está a fazer tudo o que podia” e que “o grande risco é que este caos político internacional se cole à economia”.

“Os pobres são menos pobres do que há 50 anos, mas a diferença entre ricos e pobres está muito maior”, afirmou o Tenente-General, lembrando que “estamos num mundo de poucos, os ricos, em que a pobreza cresce e a tecnologia está a favor do poder”.

Por seu turno, o professor e investigador Jorge Cunha defendeu que “o direito ao trabalho é o principal direito social”, pelo que “temos de criar condições para que a maioria das pessoas estejam no mercado de trabalho”.

“O Estado é subsidiário do mercado e da sociedade e a redistribuição da riqueza é responsabilidade da sociedade civil”, afirmou Jorge Cunha, acrescentando que “as IPSS são protagonistas e não subsidiárias da ação social e do combate à pobreza”.

O Painel III, que fechou o primeiro dia do Congresso, abordou a «Proteção Social como Direito». Há muito que a CNIS vem defendendo o reconhecimento constitucional do direito à proteção social como direito universal.

Para Sofia Pinto Oliveira, professora de Direito, “a proteção social está presente ao longo de toda a Constituição”, através dos diversos direitos sociais: “A Constituição faz, redundantemente, referência aos direitos de proteção social”.

Considerando que “é dever do Estado combater a desigualdade”, que tenta mitigar com as prestações sociais, “para dar condições à pessoa que não consegue ter rendimentos”.

No entanto, “não basta apenas a compensação para se ter rendimentos, porque são precisos cuidados”, por isso, “deve incluir-se



a expressão Proteção Social na Constituição, porque não bastam as compensações financeiras, face à necessidade da dimensão do cuidado”.

Referindo-se às compensações financeiras que os pobres recebem, o sociólogo Renato Miguel do Carmo referiu que “os mínimos sociais já estão nos mínimos e... já estão no bolso”, sublinhando “a grande elasticidade das instituições do Estado Social, que sob forte pressão, revelaram enorme capacidade de adaptação num período temporal relativamente curto”.

O segundo dia de trabalhos do VII Congresso da CNIS iniciou-se com o Painel IV, dedicado às «Políticas Sociais em Portugal».

Francisco Branco, vice-presidente da Ordem dos Assistentes Sociais, destacou que “a pobreza nos idosos é persistente, tal como nas crianças”, lembrando que “a pensão mínima tem, desde 2006, sofrido uma erosão face ao salário mínimo e está sempre abaixo do limiar da pobreza”.

O também professor da Universidade Católica enfatizou o

# investimento mais nobre de um país

problema do “subfinanciamento das IPSS”, considerando que “este é um grande desafio para o país, porque gera uma grande desigualdade, na carreira e na remuneração, entre os trabalhadores do Sector Social Solidário e os do Sector Público”.

Reforçando a necessidade de uma efetiva parceria entre os agentes, Jorge Campino, antigo secretário de Estado da Segurança Social, defendeu que “as políticas sociais surgiram para quebrar o ciclo da pobreza, mas isto não pode ser feito só pelo Estado, deve envolver as instituições”.

“O combate à pobreza não se faz por decreto, mas com as instituições e as autarquias que são quem está no terreno”, defendeu o antigo governante e, lançando um olhar ao futuro, considerou que “a parceria só funciona quando é equilibrada”, deve “haver uma maior parceria com as autarquias” e “é necessário um novo financiamento do Sector Social Solidário”.

Lembrando que “o risco de pobreza também atinge quem tem emprego”, Jorge Campino defendeu que “a Prestação Social Única deve abranger quem também trabalha”.

A primeira mesa-redonda do dia abordou a «Territorialização da Pobreza» e congregou três presidentes de Câmara.

Luísa Salgueiro, edil de Matosinhos, criticou a falta de informação aquando da descentralização de competências, “onde ninguém sabia em que ponto o país estava”.

Já sobre os fatores da pobreza, Luísa Salgueiro referiu a “alteração dos padrões de necessidade” e destacou que “há pessoas a trabalhar, com famílias estruturadas, mas que não têm rendimentos e muito por culpa da renda da casa”.

“O país tem de decidir se quer avançar a várias velocidades ou de forma uniforme”, rematou.

O presidente da Câmara do Fundão mostrou-se “favorável à municipalização, com a salvaguarda dos devidos envelopes financeiros”, o que não se traduz na atual realidade: “Na Educação a situação está desequilibrada, na Saúde está mais ou menos e no Social está desequilibrada”.

Para Luís Miguel Gavinhos, “a pobreza tem muitas formas e não é apenas uma questão financeira”, exemplificando com a questão dos transportes ou a do acesso à Saúde, dificuldades em muitos dos territórios do interior.

Elegendo o “acesso aos serviços” como o problema mais significativo para as populações do interior, o edil do Fundão considera que “a proximidade e a dimensão contam muito na gestão dos problemas”.

Neste sentido, para António Joaquim Pimentel, presidente da Câmara do Mogadouro, “o principal problema é as políticas sociais serem definidas igualmente para todos, quando os municípios são muito diferentes”, considerando que “as autarquias são o grande amortecedor social do país” e que “a proximidade é fundamental para a implementação das políticas sociais”.

O «Papel do Sector Social Solidário» foi o tema do Painel V, no qual, depois de Américo Mendes, coordenador da ATEs, apresentar uma série de dados relativos ao Sector Social Solidário, José Nunes Liberato, presidente do Centro Português de Fundações, a sustentar que “a pobreza não pode ser vista parcelarmente, a Saúde, a habitação, etc., mas necessita de um olhar e abordagem global”, lembrando que as Fundações “já contribuem para a mitigação da pobreza, mas querem alarga-la para a ação social, a saúde, a cultura e a educação” e ainda com um “estudo do fenómeno da pobreza”.

Já Rita Valadas, presidente da Cáritas Portuguesa, lembrou que “não temos de ser todos iguais, mas temos de reconhecer as diferenças e tratar os territórios diferentes de forma diferente e... estar próximos”.



“A nossa ação com o olhar de proximidade não pode ser desvalorizada e deve ser utilizada nos estudos que se fazem”, defendeu, sublinhando que “o papel que cada um tem na proximidade não é despreciable”.

Na segunda mesa-redonda, «Caminhos para o Futuro», o presidente da CNIS apontou que “a pobreza é injusta e fruto de muitas injustiças”, lembrando que as IPSS “têm uma missão e procuram resolver problemas na proximidade, privilegiando os mais carenciados”.

“As pessoas precisam de cuidados, pelo que a função da Administração Pública não é só atribuir prestações sociais, mas também cuidar das pessoas”, defendeu o padre Lino Maia, sublinhando: “O Estado tem de apoiar estas instituições que estão no terreno e que prestam cuidados, pelo que é importante que a Proteção Social seja reconhecida como direito universal”.

Por seu turno, a secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, que anunciou para breve um novo PARES para a construção de lares residenciais e de CACI, defendeu que “a ação do Governo se baseia na articulação, na proximidade e na avaliação”.

“O Governo esteve cá ontem, com a senhora ministra, hoje estou eu, isto mostra, claramente, o comprometimento do Governo com esta causa. E esta articulação que tem que existir, e tem existido. Começámos, há dois anos, um trabalho muito articulado para garantir a sustentabilidade das instituições do Sector Social”, afirmou a governante.

“Tenham esperança e acreditem que estamos a trabalhar para melhorar”, rematou a secretária de Estado.

Por seu turno, D. Roberto Mariz, presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social, relevou que a reflexão temática da CNIS “é absolutamente estruturante”, sublinhando que as IPSS “são estruturantes naquilo que é a ação do serviço concreto a todas as pessoas, a todas as famílias e, particularmente, a muitos que vivem na fragilidade”.

Raquel Azevedo Freitas, vogal da ANAFRE, salientou que “a pobreza é muito mais do que a ausência de rendimentos”, defendendo que “as freguesias são o primeiro balcão de atendimento da população, onde o Estado conhece o rosto das pessoas”.

“A proximidade é a grande mais-valia das freguesias, o que lhes confere capacidade de identificar e sinalizar os problemas, fazer a ligação com os agentes e a pessoa necessitada e ainda lhes permite participar nas políticas autárquicas de proximidade”.

Após a leitura das Conclusões, José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, dirigiu-se aos presentes e lembrou que “as políticas públicas não podem ser meros exercícios



estatísticos, têm de se traduzir em realidade concreta e, por isso, as soluções eficazes são aquelas que nascem da proximidade, de quem conhece o terreno e são desenhadas à medida das reais necessidades das pessoas”.

“E quem melhor conhece essa proximidade? Obviamente, o Sector Social Solidário. As IPSS são a primeira linha da defesa da dignidade humana em Portugal, são o coração que bate nas comunidades mais isoladas e mais vulneráveis”, sustentou o dirigente, frisando: “A proteção social não é um custo, é o investimento mais nobre que uma nação pode fazer no seu próprio povo”.

O Congresso encerrou com uma mensagem vídeo do Presidente da República, na qual elogiou a reflexão promovida pela CNIS, defendendo que tudo deve ser feito para inverter “um dos maiores problemas da sociedade portuguesa”.

Apontando a “inversão demográfica sem precedentes” e a realidade de cada vez mais crescente de “idosos a precisar de cuidado, de rendimento digno e de companhia”, António José Seguro apelou à “solidariedade intergeracional”.

“Por outro lado, em tempos de crescimento económico, a pobreza assume uma transversalidade crescente. Há ainda um terceiro rosto, talvez o mais silencioso de todos aqueles que mais tem crescido, o novo perfil das pessoas em risco de pobreza em Portugal que já não é apenas o desempregado. É quem trabalha todos os dias, cumpre horário, paga impostos e não consegue chegar ao fim do mês com dignidade”, afirmou.

Por fim, o Presidente da República deixou um “sincero agradecimento a todos os que trabalham neste sector, todos os dias” para melhorar a vida dos que mais precisam.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CENTRO DE DIA E LAR DE SANTA ANA DE AZINHA, GUARDA

# «GuardAfetos» conclui estudo diagnóstico para redesenhar o apoio domiciliário

Com o objetivo central de redesenhar e modernizar o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), articulando o suporte social com os cuidados de saúde para evitar a integração em respostas sociais residenciais. O projeto «GuardAfetos», com origem no Centro de Dia e Lar de Santa Ana de Azinha, pode agora avançar para o terreno concluído e apresentado que está o estudo «GuardAfetos: Serviço de Apoio Domiciliário no concelho da Guarda – diagnóstico, cenários de evolução e prioridades para a decisão técnica e política», coordenado pela investigadora Carla Ribeirinho, do ISCSP-UL.

“O apoio domiciliário, quando foi concebido, no final dos anos 70 do século passado, estava muito centrado na satisfação de necessidades básicas como a alimentação, higiene e medicação”, começou por dizer Carla Ribeirinho, coordenadora do estudo «GuardAfetos», acrescentando: “Hoje, já percebemos que as pessoas têm necessidades de pertença, de utilidade, de reconhecimento, de estima e de combate à solidão”.

Para a investigadora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL), as IPSS ainda têm “muitas dificuldades em conseguir responder a essas outras dimensões da existência humana”.

O Diagnóstico do Serviço de Apoio Domiciliário prestados pelas instituições sociais do concelho da Guarda, que foi apresentado, no



passado dia 25 de setembro, no edifício da autarquia, é um trabalho que envolveu a Federação das Instituições de Terceira Idade (FITI), a CNIS, o Centro de Dia e Lar de Santa Ana de Azinha e a Câmara Municipal da Guarda.

O «GuardAfetos» deu origem a 10 recomendações, que resultaram das respostas a questionários por parte de diretores técnicos

das IPSS, auxiliares da ação direta, familiares de idosos das 36 IPSS que prestam SAD em 31 freguesias do concelho, mas ainda da GNR, Segurança Social e ULS da Guarda.

Também os idosos e os cuidadores informais foram entrevistados para se perceber “como vivem e trabalham, quais os cuidados e necessidades que precisam e o que se está a fazer”.

“O que percebemos é que se estão a fazer coisas muito boas no território”, acrescentou a investigadora.

Entre as propostas do projeto estão o trabalho em rede das IPSS do concelho, a mobilização dos agentes locais neste serviço, o recurso à teleassistência, à digitalização, à inovação social e, “naturalmente, à pressão” junto da Segurança Social para a revisão do financiamento.

“É preciso diferenciar o financiamento para quem faz mais, quem quer fazer diferente e quer cuidar melhor, daqueles que apenas se centram nos cuidados básicos”, defendeu Carla Ribeirinho.

O projeto permitiu concluir que “se se quer manter as pessoas em casa com dignidade, qualidade de vida e bem-estar, isso não deve ser feito à custa da solidão e a um determinado abandono social”, sublinhou, acrescentando que outro problema tem a ver com dificuldades de financiamento, de recrutamento e de fixação de quem queira trabalhar nesta área.

Já para José Carlos Batalha, presidente da FITI, é preciso “transformar estes dados em ações”.

“A solidão e o envelhecimento são os maiores desafios sociais do nosso século. O «GuardAfetos» é a resposta a este desafio”, sustentou.

Segundo os Censos Sénior de 2025, da GNR, a Guarda tinha 5.852 idosos a viver sozinhos e/ou isolados e era o distrito do país com mais casos.

CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM, VILA VERDE

## Ordenado mínimo na instituição passa a ser de 1.020 euros em 2027

O Centro Social Vale do Homem (CSVH), com sede em Vila Verde, fixou em 1.020 euros o ordenado mínimo interno para o ano de 2027, 50 euros acima do salário mínimo nacional previsto pelo Governo.

A IPSS vila-verdense revelou ainda que “novas contratações passam a ter salário mínimo de 1.000 euros, com efeitos imediatos, e a remuneração dos licenciados será, na generalidade, igual ou superior a 1.250 euros, em 2027”.

“Com esta deliberação, o Centro Social do Vale do Homem reafirma a sua aposta numa política de valorização dos recursos humanos, assente na melhoria das condições salariais, no reconhecimento das qualificações e na criação de condições para atrair e manter profissionais”, lê-se ainda no comunicado divulgado



pela instituição.

O CSVH salienta que a sustentabilidade das IPSS depende também “da capacidade de

reconhecer e valorizar quem nelas trabalha”, sublinhando que “investir nos trabalhadores é, por isso, investir na qualidade das respostas

sociais, na proximidade às pessoas e no cumprimento” da missão junto da comunidade.

Para o presidente do CSVH, Jorge Pereira, esta decisão “traduz uma orientação clara da Direção e um compromisso com aqueles que diariamente asseguram o funcionamento e a qualidade das respostas sociais”, que acrescentou ainda: “Acreditamos que valorizar os trabalhadores não pode ser apenas uma intenção. Tem de traduzir-se em decisões concretas, que reconheçam o esforço, a dedicação e a responsabilidade de quem trabalha diariamente para servir a nossa comunidade”.

Apesar de sedeadada em Vila Verde, a instituição estende a sua ação aos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro, com diversas respostas sociais.



*Servimos bem-estar.*

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRATOS E IDENTIFICAÇÃO



RESTAURAÇÃO FOTOGRAFIA E CRIAÇÃO DE EVENTOS



RENDIMENTO



SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELÉTRICA



LABORAL



DESENVOLVIMENTO E INICIATIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-GR

ROA DA UNIVERSIDADE 20- 2705-075 CAMARQUEJA  
TEL: 201 408 000 / 201 408 000  
FAX: 201 408 000 / 201 408 000  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

EXPOSIÇÃO DAS OBRAS PREMIADAS ATÉ DIA 30 DE OUTUBRO NA FMAM

# Edgar Carneiro, da CAID, é o grande vencedor do Cridem'26

Edgar Carneiro, da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, de Santo Tirso, foi o grande vencedor da 19ª edição do Cridem – concurso nacional de obras de expressão plástica de pessoas com deficiência intelectual, com a escultura «Entre».

Na altura de receber o Prémio Fundação Manuel António da Mota (PMAM), no valor de 3.300 euros, Edgar Carneiro, bastante satisfeito, soltou um simples, sincero e humilde: “Que sorte!”.

A APPACDM de Braga, representada por Nuno Guimarães e Bruno Silva, arrecadou o segundo lugar ao vencer o Prémio Fundação Montepio, no valor de 2.500 euros, com a obra coletiva «Entre ruínas e a Esperança», da categoria Outras Expressões Plásticas.

Para Coimbra foi o terceiro lugar, com a Cavalo Azul (AFSD – Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência), representada por Lara Antunes e Vânia Rosa, a levar para casa o Prémio Porto, no valor de 1.500 euros, com a obra coletiva «Da minha janela vejo o mundo», da categoria Desenho e Pintura.

Já o Prémio Aires Moreira (1.000 euros), que distingue a instituição que, pelo conjunto das três obras submetidas, evidenciou maior consistência e qualidade artística global, foi atribuída à AEDS – Associação de Educação e Desenvolvimento Social, do Porto, pelas obras: «A ilha das cores», de Sandra Oliveira (Tapeçaria), «Memorável», obra coletiva (Escultura) e «Paisagem das memórias», obra coletiva (Outras Expressões Plásticas).

Na abertura da sessão, Rui Pedroto, presidente da Fundação Manuel António da Mota, relevou a importância do Cridem e os seus 35 anos de história, reforçando o compromisso da instituição que lidera com a continuidade do concurso, algo em que foi acompanhado pelo representante da Fundação Montepio, Carlos Beato.

“Este é um evento único e singular na produção artística na área da deficiência”, afirmou Rui Pedroto, sublinhando que é “dos artistas, para os artistas, pelos artistas”.

Teresa Guimarães, presidente da APPACDM do Porto, destacou a importância do concurso e da exposição, que estará patente até 30 de outubro de 2026, nas instalações da Fundação Manuel António da Mota, antes de entrar em itinerância, deixando uma palavra especial para Josefina Bazenga, presidente da APPACDM do Porto quando o Cridem foi lançado em 1991 e atual presidente da Mesa Assembleia Geral da instituição.

Por seu turno, Alberto Santos, secretário de Estado da Cultura, relevou o facto de os artistas a concurso serem “pessoas que encontram na criação artística a forma de olhar e interpretar o mundo”, algo que lhes “permite afirmar a sua autonomia”. Por fim, Alberto Santos deixou um agradecimento: “Obrigado pelo contributo que dão para a cultura portuguesa”. De seguida, Clara Marques Mendes frisou que, “através da cultura, também se faz inclusão social”. “Quero deixar um elogio a todos os premiados, porque isto é arte que tem de ser vista”, afirmou a secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, sublinhando que “autonomia e poder crítico ganham-se com Cultura”.



Revelando a intenção de o Governo “majorar o apoio para pessoas menos autónomas”, a governante afirmou o “reconhecimento do trabalho do Sector Social”, defendendo que “tem havido um avanço” na cooperação. “Queremos reforçar os apoios, que é a missão do Estado, mas também eliminamos dificuldades, como foi com o CACI, para não deixar ninguém de fora”, argumentou Clara Marques Mendes, terminando, dirigindo-se aos muitos artistas presentes no lotado auditório onde decorreu a cerimónia: “Vocês são uma inspiração”.

Rui Maia, curador da exposição e presidente do júri do Cridem'26, depois de deixar um rasgado elogio ao trabalho dos artistas a concurso, deixou um conselho: “Percorram a exposição com tempo, devagar, parem e olhem os pormenores”. Outras obras foram premiadas nas quatro categorias, a saber:

Categoria Desenho e Pintura

1º Prémio - APPACDM de Coimbra, com «Me, Myself and I», de Carla Sofia Batista Martins; 2º Prémio - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Obra Social do Pousal, com «O Meu Casamento», de Carina Miguéis; 3º Prémio - APPACDM da Maia, com «Onde o Mundo é Meu», obra coletiva.

Categoria Escultura

1º Prémio - ERID – Associação Educar, Reabilitar Incluir Diferenças, com «Faces que florescem!», obra coletiva; 2º Prémio - Crinabel – Cooperativa de Solidariedade Social, com «Côa», obra coletiva; 3º Prémio - CAID – Cooperativa de Apoio à

Integração do Deficiente, com «Se eu fosse árvore», obra coletiva. Categoria Tapeçaria

1º Prémio - AEDS – Associação de Educação e Desenvolvimento Social, com «A ilha das cores», de Sandra Oliveira; 2º Prémio - APPACDM da Trofa, com «Arte têxtil contemporânea: A Persistência da Linha», obra coletiva; 3º Prémio AADID – Associação dos Amigos das Deficiências Intelectuais e Desenvolvimentais, com «Entrelaços do mar», obra coletiva.

Categoria Outras Expressões Plásticas

1º Prémio - APPACDM do Porto, com «Mecanismo do Ser», obra coletiva; 2º Prémio - AAJUDE – Associação de Apoio à Juventude Deficiente, com «A Singularidade da Expressão», obra coletiva; 3º Prémio - APPACDM da Trofa, com «O Lugarejo que esqueceu o chão», obra coletiva.

Para além dos referidos premiados, o Cridem'26 atribuiu uma série de menções honrosas a diversas instituições de norte a sul de Portugal.

Nascido no ido ano de 1991, pela mão da APPACDM de Porto, historicamente apoiado pela Fundação Manuel António da Mota e pela Fundação Montepio, nos seus 35 anos de história, o concurso bienal teve uma interrupção de uma década, mas retomado em 2016 não tem parado e, em 2026, concretizou a sua 19ª edição, contando com 180 obras a concurso, emanadas de 80 instituições de todo o país.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

## Crónica

Henrique Rodrigues

Presidente do Centro Social de Ermesinde



## A passo de caracol

1 – O “Expresso” de 9 de Outubro apresentava uma peça intitulada “Tribunais mandam internar menores em hospitais por falta de respostas sociais”, procurando retratar a situação de crianças e jovens com problemas de saúde mental que veem ser-lhes aplicada pelos tribunais como medida de protecção o encaminhamento para unidades hospitalares de internamento de Pedopsiquiatria, por falta de resposta social adequada a cada situação.

Trata-se de menores sem necessidade de cuidados de saúde prestados pelos hospitais e que desnecessariamente ocupam 25% das camas de internamento em Pedopsiquiatria.

Reproduzo as linhas iniciais da peça jornalística, porque resumem bem do que se trata:

“Cada vez mais menores vivem

internados nos serviços de pedopsiquiatria sem necessidade de internamento hospitalar, mas apenas porque não têm mais para onde ir. Muitas vezes com défice cognitivo, autismo ou problemas emocionais e de comportamento decorrentes de experiências traumáticas, foram rejeitados pelas famílias ou retirados aos pais para sua protecção, mas não têm vagas em instituições de acolhimento. Sem alternativas, os tribunais mandam-nos internar nos hospitais, onde chegam a viver anos, privados de liberdade, sem ir à escola nem conviver ...”

Trata-se de uma questão com traços de identidade com a situação que ciclicamente vem tratada também na comunicação social, mais intensamente por alturas do Natal, respeitante ao número crescente de

peçoas que, tendo sido acolhidas para tratamento num estabelecimento hospitalar, depois da alta clínica não possuem condições de recta-guarda habitacional ou familiar que lhes permita abandonar o hospital.

Esta situação, como é sabido, que constitui tema habitual de pressão do Sistema de Saúde sobre o tecido residencial da Rede Solidária para os mais velhos, tem sido mitigada através do programa “Voltar a casa”, desenhado pela CNIS e aprovado pelo poder político, que consiste, no essencial, na contratação entre os Ministérios da Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, por um lado, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, por outro, de uma quota de lugares em estruturas residenciais da Rede Solidária, destinados a pessoas com alta clínica subsequente a um episódio de internamento hospitalar, mas sem a chamada “alta social”, por inexistência da referida rectaguarda.

2 – O assunto a que se refere o artigo do jornal não é estranho ao contexto negocial entre as Organizações Representativas do Sector Solidário e o Governo – designadamente os Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Como exemplo dessa conexão,

a Cláusula XL do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2025-2026 estipula que os outorgantes desse Compromisso se propõem avaliar o modelo existente da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na área da Saúde Mental, bem como “redefinir um modelo de prestação de cuidados e serviços nacionais integrados de Saúde Mental, que enquadre a globalidade das respostas desenvolvidas, tanto no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados como no contexto do Despacho Conjunto nº 407/98, de 18 de Junho.”

O mesmo se diga das casas de acolhimento residencial específicas para problemáticas semelhantes às que são objecto da peça jornalística.

Sucede que os departamentos do Estado com competência para promover a criação de respostas sociais ou a adaptação de respostas sociais já existentes, bem como para contratar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social os mecanismos de cooperação legalmente previstos para a entrada em funcionamento dessas respostas tão necessárias para acolhimento dos utentes caracterizados na notícia do jornal, tais departamentos do Estado vêm mantendo absoluta imobilidade no que respeita

aos compromissos assinalados.

Nessa medida, é bom que artigos como o que constitui ponto de partida para esta crónica venham lembrar que o assunto não se resolve pela inacção, antes exige empenhamento e vontade – e recursos financeiros, naturalmente.

É o que tem faltado!

3 – Por falar em faltar: a peça do “Expresso” enuncia as várias entidades às quais o Hospital D. Estefânia (Lisboa) denunciou a situação do encaminhamento para internamento em Pedopsiquiatria: a Provedoria de Justiça, a Procuradoria – Geral da República, os Ministérios da Saúde e da Justiça, o Conselho Superior da Magistratura, a Ordem dos Advogados e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens.

Falta na lista o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – que é o que pode apressar o passo para resolver o assunto, em cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que são quem, em concreto e com proximidade, sabe cuidar das pessoas mais vulneráveis e assegura e torna efectivo o direito à protecção social.

## Opinião

José Figueiredo

Economista



## A subida das taxas de juro e o mal que nos pode fazer

As taxas de juro estão a subir um pouco por todo o lado.

Nos Estados Unidos as taxas de juro de 10 anos estão um par de décimas acima de 5%, em valores que não se viam desde o início deste século. No Japão, onde as taxas de juro de curto prazo controlados pelo banco central continuam em níveis muito baixos (taxa de referência de 1,25%), as taxas nos prazos mais longos, onde o mercado domina, estão em níveis que só comparam com os valores de meados dos anos 90 do século passado. Em França as taxas de juro de 10 anos estão a aproximar-se dos 5%, registando máximos de mais de 20 anos.

De onde vem esta onda de pessimismo nos mercados de dívida?

Em parte, o aumento dos prémios de risco da dívida deve-se a um receio de que se instale um impulso inflacionário persistente que obrigue os bancos centrais a aumentar as taxas de juro de referência. Enquanto não houver mais clareza sobre a evolução da crise energética, dos preços dos combustíveis e da potencial transmissão inflacionária dos mesmos, os investidores vão continuar a exigir prémios de risco mais elevados para continuar investidos, sobretudo nos prazos mais longos.

Depois, tudo isto se passa numa altura em que todas as economias do G7, com a exceção da Alemanha, registam ratios de dívida bruta acima de 100%, ou seja, em máximos absolutos em tempo

de paz. Para piorar as coisas, em economias com peso significativo como os Estados Unidos ou a França, o setor público continua a correr déficits na casa dos 6% do PIB e não se vê no curto prazo uma qualquer solução, vontade ou capacidade política para corrigir o curso das coisas. No Japão, não obstante a situação calamitosa em termos da dívida, o governo continua a apregoar uma política orçamental expansionista como se vivesse na maior das folgas.

Em Portugal vamos vendendo a nós mesmo a ilusão de que estamos relativamente protegidos desta crise dado que corremos orçamentos equilibrados e a dívida pública tem seguido um curso descendente na sua comparação com o PIB.

O equilíbrio orçamental português é uma ficção. O consolidado da administração central com as autarquias e as regiões autónomas apresentou em 2025 um défice gigantesco de mais de 5 mil milhões de euros. O suposto excedente orçamental resulta do saldo positivo da segurança social de cerca de 7 mil milhões de euros que mais que compensa o deficit das administrações públicas.

O excedente da segurança social

deve-se ao crescimento do emprego em grande parte alimentado pela imigração e, obviamente, é tudo menos garantido que seja sustentável. À mais pequena aragem de crise global, uma retração, por temporária que seja, do turismo, o fim dos estímulos fiscais do PRR e todo o edifício pode ruir em menos de um fósforo.

Temos no nosso país ainda outras fragilidades relacionadas com as taxas de juro. Segundo o último informe do Banco de Portugal quase 70% dos créditos hipotecários em Portugal têm taxa variável o que significa que, para muitas famílias, o crescimento da “prestação da casa” pode ficar incomportável sobretudo se o mesmo coincidir, como está a acontecer, com um impulso inflacionário significativo. Como termo de comparação, em França ou nos Estados Unidos, a quase totalidade do crédito hipotecário é realizado a taxa fixa. O setor público desses países pode estar mais exposto à subida das taxas de juro, contudo, o setor das famílias está mais protegido.

Aparentemente aprendemos pouco com o ajustamento de 2011-2013. Retiremos a imigração e os saldos positivos da segurança social e o Estado

continua a gastar o que não tem, as famílias continuam a endividar-se a taxas variáveis e a expor-se a uma crise de taxas de juro que parece estar para ficar.

O que para já está a salvar o dia é a extraordinária resiliência que a economia mundial tem demonstrado à crise energética desencadeada com a guerra no médio-orient. O investimento massivo em centros de dados que alimentam a revolução da inteligência artificial bem como a surpreendente resiliência do consumo das famílias nas principais economias, têm sobrelevado os efeitos negativos dos erros de política e da crise energética. Os índices bolsistas continuam próximo de máximos e, provavelmente, é o efeito riqueza daí resultante que está a suportar a resiliência do consumo das famílias.

Mas tudo isto é muito frágil. Talvez passemos entre os pingos da chuva, contudo, se der para correr menos bem a nível global podemos preparar as costas para levar pela medida grande. Infelizmente toda a política orçamental do atual governo, incluindo o orçamento para 2027, tem feito tudo o que pode para aumentar a nossa fragilidade.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30**

Manuais Representantes

**19**

Manuais Produtores

**5.800**

Produtos e Serviços

**4.800.000**

€ por ano

**120.000**

Terminados mais  
de 120.000 km de obra  
qualificada

**175 M €**

Construções

**100%**

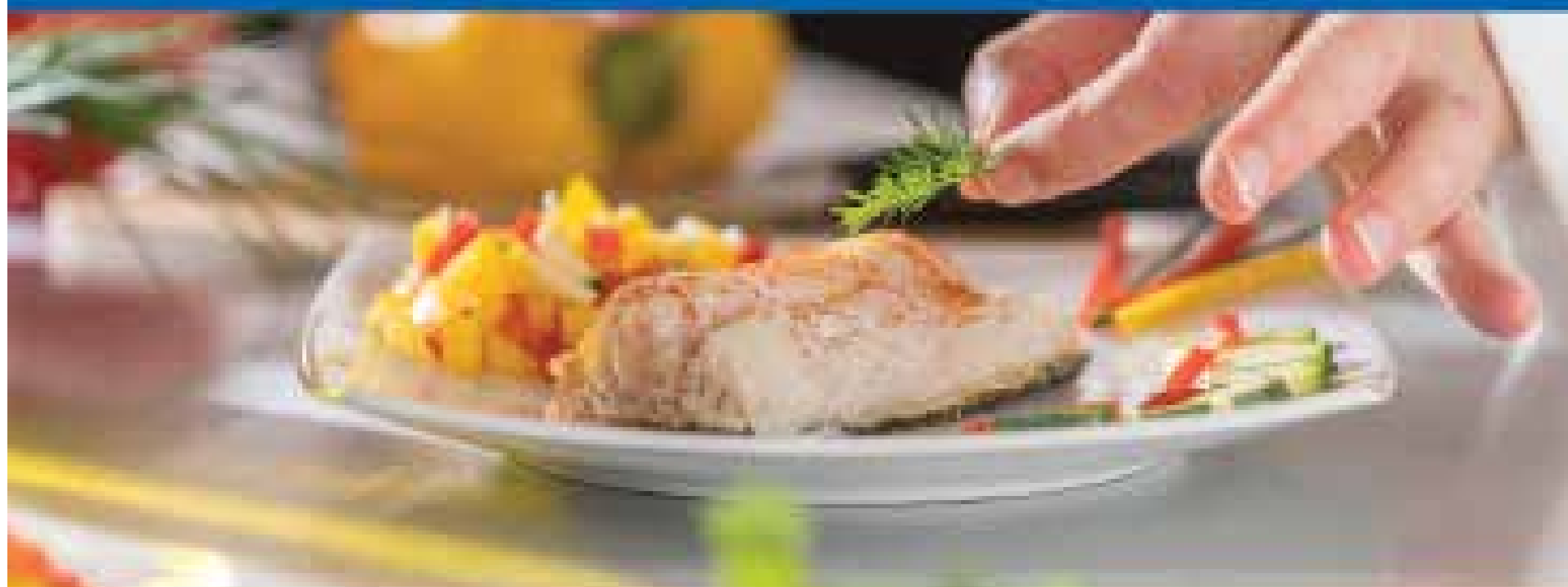
Cobertura Nacional  
e áreas internacionais. Agências  
e representação para África,  
Ásia, Europa e América.

**+24.000**

Plataformas administrativas  
e de informação

**8**

Plataformas Logísticas  
Lisboa, Porto, Braga,  
Coimbra, Alentejo, Algarve,  
São Miguel e Terceira  
e Madeira



LISBOA: 215 001 888  
ALGARVE: 303 404 000  
PORTO: 303 404 000

COVILHÃ: 215 000 400  
VISEU: 303 430 400  
MADEIRA: 215 000 000 / 913 100 000

SÃO MIGUEL: 215 000 000  
TERCEIRA: 215 000 000  
[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)



uma rede nacional  
de representação  
e distribuição  
de produtos e  
serviços

**TRIVIA LOR**  
VALOR 30

11ª SEMANA SOCIAL DA UDIPSS BRAGA

# O Estado ainda não despertou para a necessidade da proteção social

«O Futuro das IPSS: desafios e perspetivas para o Sector Social» era o tema em debate no segundo dia da 11ª Semana Social, que a UDIPSS Braga promoveu no Fórum Braga.

Perante o auditório repleto, sobe moderação de Jorge Pereira, vice-presidente da União Distrital bracarense, a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, o ex-ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, a ex-presidente do Instituto da Segurança Social, Mariana Ribeiro Ferreira, e o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, abordaram o presente e futuro do Sector Social Solidário.

Inevitavelmente, a sustentabilidade financeira foi a questão por todos abordada, sem passarem ao lado da matéria dos recursos humanos.

O padre Lino Maia lembrou que “o Sector pode caminhar para a empresarialização e afastar-se das pessoas, mas isso é um perigo”.

“Gostava que não nos desviassemos da nossa génese, que são os mais carenciados e é importante estar atentos à realidade e às pessoas”, releveu, defendendo ainda “a sustentabilidade existe, porque as instituições têm razões para existir”.

“Agora, para responder às necessidades, são precisos meios. Nós cooperamos com o Estado, mas todos nós somos Estado”, defendeu o presidente da CNIS, acrescentando: “O Estado ainda não despertou para a necessidade da proteção social. Despertou para a Educação e para a Saúde, como é patente na Constituição da República, mas não para a proteção social”.

Por fim, Lino Maia sublinhou que “fala-se muito de autonomia, mas é uma autonomia mitigada”.

Por seu lado, o presidente da União das Misericórdias considerou que “o maior desafio do Sector Social Solidário é a sua insustentabilidade e é preciso fazer evidência ou seremos substituídos”.

“Não devemos mimetizar o Estado, mas devemos cooperar com o Estado”, afirmou, defendendo que “o Sector Social Solidário precisa de união”.

Numa referência ao compromisso da comparticipação equitativa estampado no Pacto de Cooperação para o Sector Social Solidário, Manuel Lemos lembrou que “a comparticipação do Estado para a resposta de Lar está nos 42%”, concluindo que “ainda há muito caminho a fazer pela sustentabilidade”.

A este propósito, mais à frente no debate, o presidente da CNIS, comparando o custo de



um lugar em ERPI (que ronda os 1.700 euros), a comparticipação do Estado (que ronda os 700 euros) e o valor das pensões que a maioria dos utentes auferem, defendeu que “a comparticipação para ERPI devia ser similar à de Lar Residencial” na área da deficiência, “pois é incomportável para a maioria pagar cerca de mil euros”.

Por seu turno, o ex-ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social considerou que “o reconhecimento do Sector Social é fundamental”, revelando alguma estranheza que “não tenha havido esse reconhecimento na pandemia como houve no tempo da Troika”: “O Sector Social foi herói nacional no tempo da Troika para que não houvesse um rompimento social”.

Defendendo que “o Sector Social poupa muito dinheiro à Saúde”, Pedro Mota Soares explicou: “Em 2015, o orçamento da Saúde era parecido com o do Social, mas, entretanto, o orçamento do Saúde duplicou e não melhorou”.

“Quando a gestão do sector social poupa muito dinheiro ao Estado, o Estado fixa a estrutura da despesa, mas também a estrutura da receita”, argumentou o ex-governante.

Para Pedro Mota Soares, “com o envelhecimento da população a que se assiste, talvez fosse altura de moderar as regras e as check lists”, e conclui: “Somos muito burocráticos nas regras, esquecendo o importante, que é tratar das pessoas”.

Esta última ideia do ex-ministro foi, de certa forma, corroborada por Clara Marques Mendes, que afirmou que, “por vezes, o Estado não é tão sensível aos temas e situações quanto devia”, por isso é que defende “tornar a legislação mais flexível”.

Antes, a secretária de Estado da Ação Social e Inclusão sublinhou que “o Sector Social nunca falha com as pessoas, pelo que o Estado não pode falhar com o Sector Social”, lembrando: “Quando decidimos olhar para o que o Estado exige, precisamos de saber os custos. E elaborámos o importante estudo dos custos das respostas sociais”.

Recordando que o Governo assumiu “o compromisso de chegar aos 50% de comparticipação até ao fim da legislatura”, Clara Marques Mendes sustentou que o Governo “está ciente de que é fundamental assegurar a sustentabilidade das instituições” e por isso “apostámos na previsibilidade do financiamento”.

Dada a palavra à plateia, as instituições representadas levantaram questões sobre o acolhimento familiar, a situação das educadoras de infância, a habitação colaborativa e a falta de legislação que enquadre a resposta, o voluntariado dos dirigentes ou a situação salarial dos diretores-técnicos.

Tomada boa nota de todas as questões e

dando algumas respostas, numa intervenção final, o presidente da CNIS enfatizou o problema que são os 70% de custos com a massa salarial das IPSS, enquanto o presidente da União das Misericórdias apontou o dedo aos impostos: “A fiscalidade no Sector Social é também um problema e muito penalizante”.

Já Pedro Mota Soares defendeu que “é preciso arranjar forma de incorporar na estrutura de custos a valorização dos diretores”, ao passo que a ex-presidente do ISS releveu a importância de se “valorizar e qualificar os recursos humanos das instituições”.

“Devíamos implementar o cálculo do custo real expectável”, sugeriu o moderador Jorge Pereira, já na parte final da sessão, que terminou com a secretária de Estado a garantir que, por ela, “o Pré-Escolar e a Creche não saem do Sector Social Solidário”, depois de alguém na plateia insinuar que há uma intenção no ar de as transferir para o Estado.

O primeiro dia, também no Fórum Braga, teve uma jornada de trabalho onde foi debatido o tema do «Envelhecimento e Longevidade: o grande desafio do século XXI», enquanto no terceiro dia houve piquenique e festa no Parque da Ponte, onde atuou o artista Toy.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

## FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade**

**Propriedade:**

CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)  
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253

**Telefone:** 22 606 86 14

**Fax:** 22 600 17 74

**e-mail:**  
jornal.solidariedade@gmail.com

**Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

**Diretor:** Padre Lino Maia

**Diretor-Adjunto:**

Padre José Baptista

**Editor:** V.M. Pinto

**Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

**Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso

**Estatuto Editorial:**

<http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446>

**Impressão:**

Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Vila Nova de Gaia

**Tiragem:** 5.000 exemplares

**Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

## Opinião

**Laila Sultan**

Nutricionista - 6062N

info.pt@proveg.org · proveg.org/pt · @provegpt

Os primeiros mil dias de vida, da gestação aos dois anos, são um período determinante para o crescimento e o desenvolvimento de uma criança, com necessidades nutricionais elevadas e influência na saúde futura<sup>1</sup>. É também nesta fase que começa a aprendizagem alimentar: a criança descobre sabores, texturas e aromas e começa a construir a sua relação com os alimentos.

Para muitas crianças, a creche é um dos principais contextos onde esta aprendizagem acontece. A ementa pode, por isso, ter um papel relevante tanto na adequação nutricional como na formação de hábitos alimentares.

Existe, contudo, uma lacuna no planeamento das ementas em contexto de creche. As orientações da Direção-Geral da Educação<sup>2</sup> aplicam-se do pré-escolar ao secundário e, embora existam recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) para os primeiros anos de vida<sup>1</sup>, continuam a faltar critérios específicos para as creches. Estudos realizados em Portugal concluíram que a oferta alimentar nas creches se encontra desadequada, considerando as orientações das entidades de saúde nacionais e internacionais<sup>3,4</sup>, o que reforça a necessidade de critérios específicos para o planeamento das ementas.

As ementas dos refeitórios devem estar em consonância com as diretrizes da DGS, tendo a Roda dos Alimentos Portuguesa como referência<sup>5</sup>, para garantir uma oferta completa, diversificada e equilibrada. É neste enquadramento que a ProVeg Portugal tem vindo a apoiar o planeamento das ementas em creche, reunindo critérios adaptados aos diferentes escalões etários: presença regular de leguminosas, hortícolas e fruta, e diversidade nas fontes proteicas.

Diversificar uma ementa tem uma relevância nutricional concreta: nenhum alimento ou grupo fornece, isoladamente, tudo aquilo de que a criança necessita. Ao longo da semana, importa respeitar as porções recomendadas das diferentes fontes proteicas, variar os hortícolas, a fruta e os cereais, privilegiando as opções menos refinadas, e dar maior destaque a alimentos nutricionalmente relevantes, mas ainda pouco valorizados, como as leguminosas, que contribuem para a ingestão de fibra, folato, ferro e outros minerais. A diversidade pode, por isso, ser pensada ao longo da semana e não apenas refeição a refeição, sendo que uma alimentação com maior presença e variedade de alimentos de origem vegetal se aproxima também dos princípios do padrão alimentar

## Diversificar começa na creche: o papel do refeitório

mediterrânico<sup>6</sup>.

A exposição repetida a diferentes alimentos, sabores e texturas pode favorecer a sua aceitação<sup>1</sup>. A introdução e a progressão das texturas devem acompanhar o desenvolvimento de cada criança, respeitando as suas competências e o seu ritmo. Diversificar a ementa não significa necessariamente torná-la mais complexa: muitas destas mudanças começam no planeamento semanal e

podem ser integradas com as técnicas e os recursos que as equipas já utilizam.

Por via do programa Prato Sustentável, a ProVeg Portugal apoia instituições na diversificação da oferta alimentar, através da revisão de ementas e fichas técnicas, capacitação das equipas de cozinha e produção de materiais de apoio. As instituições interessadas podem contactar-nos para mais informações.

**Lavandarias Profissionais IPSS**



**milplus**

**GRUPO LABLAD, LDA.**  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MAIA TLM 917571305  
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial **Miele**

**Referências**

1. Rêgo C, Lopes C, Durão C, Pinto E, Mansilha H, Pereira da Silva L, et al. Alimentação saudável dos 0 aos 6 anos – linhas de orientação para profissionais e educadores. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2019.
2. Direção-Geral da Educação. Orientações sobre ementas e refeitórios escolares. Circular n.º 3097/DGE/2018. Lisboa: DGE; 2018.
3. Pita O, Teixeira B, Nova L, Dias I, Conceição M, Cidade Coelho B, et al. Caracterização da oferta alimentar da refeição almoço e lanche em creches portuguesas: resultados do projeto “Creche com Sabor e Saúde” – C2S. Acta Port Nutr. 2024;37:6-13. doi:10.21011/apn.2024.3702
4. Pita O, Teixeira B, Nova L, Cidade Coelho B, Dias I, Conceição M, et al. Impact of the “Creche com Sabor e Saúde” (C2S) project on the food provided by Portuguese daycare centers. Port J Pediatr. 2025;56(3):137-46. doi:10.24875/PJP.24000024
5. Rodrigues SSP, Franchini B, Graça P, de Almeida MDV. A new food guide for the Portuguese population: development and technical considerations. J Nutr Educ Behav. 2006;38(3):189-95.
6. Pinho I, Rodrigues S, Franchini B, Graça P. Padrão alimentar mediterrânico: promotor de saúde. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2016.